



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 42, inciso X da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : MINERACAO CALDENSE LTDA
CNPJ/CPF : 19.095.249/0001-56
Empreendimento : MINERACAO CALDENSE LTDA
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Rua Prefeito Chagas número/km Km 10 Zona Rural Bairro Centro Cep 37701-970 Poços de Caldas - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:
Poços de Caldas (LAT) -21.9452, (LONG) -46.595
Fator locacional resultante : 0
Classe predominante resultante : 2
Modalidade de licenciamento : LAS RAS
Processo Administrativo Licenciamento : 576/2022

Motivo da decisão:

Devido a insuficiência técnica dos estudos apresentados, ausência de Ato Autorizativo de Intervenção em Recursos Hídricos e, ainda, ausência de anuências/autorizações da Mineração Curimbaba Ltda. para gerenciamento dos aspectos ambientais da Mina Córrego do Leite, sugere-se o indeferimento desta solicitação de Licença Ambiental Simplificada para o empreendimento Mineração Caldense Ltda., nos municípios de Poços de Caldas e Andradas, para as atividades: • Lavra a céu aberto – minerais metálicos, exceto minério de ferro - código A-02-01-1; • Lavra a céu aberto - minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento – código A-02-07-0.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Varginha, 25/04/2022.

Documento assinado eletronicamente por LUDMILA LADEIRA ALVES DE BRITO, Superintendente, em 25/04/2022 11:23 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.